



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Territórios, questão agrária e colapso ambiental

Fome e questão agrária: as contribuições de Josué de Castro

Maria Eduarda Dias de Oliveira¹

Resumo: Este estudo aborda a fome como expressão da questão agrária brasileira, com foco nas contribuições de Josué de Castro, que rompeu com visões naturalizantes ao compreender a fome como fenômeno social e político. A partir da obra “Geografia da Fome”, o autor denuncia as desigualdades estruturais na produção e distribuição de alimentos no Brasil, relacionando-as ao modelo capitalista e à concentração fundiária. O estudo também dialoga com Jean Ziegler e Rachel de Queiroz, reforçando que a fome é produzida socialmente e pode ser enfrentada por meio de reforma agrária, soberania alimentar e transformação das estruturas de poder que regem a produção de alimentos.

Palavras-chave: fome; questão agrária; reforma agrária; soberania alimentar; Josué de Castro

Hunger and agrarian question: the contributions of Josué de Castro

Abstract: This study examines hunger as an expression of the Brazilian agrarian question, focusing on the contributions of Josué de Castro, who challenged naturalizing perspectives by understanding hunger as a social and political phenomenon. Based on the work *Geografia da Fome (Geography of Hunger)*, the author denounces structural inequalities in food production and distribution in Brazil, relating them to the capitalist model and land concentration. The study also engages with Jean Ziegler and Rachel de Queiroz, reinforcing that hunger is socially produced and can be addressed through agrarian reform, food sovereignty, and the transformation of power structures that govern food production.

Keywords: hunger; agrarian question; agrarian reform; food sovereignty; Josué de Castro

Introdução

A fome é um problema antigo que ameaça a sobrevivência humana desde os primórdios. Foi justamente a necessidade de se alimentar que levou os primeiros humanos, antes nômades, a se fixarem na terra, criando animais e cultivando alimentos. Apesar dos avanços ao longo dos séculos, com o desenvolvimento de ferramentas, tecnologias e formas complexas de organização social, a necessidade de nutrição continua sendo uma condição fundamental e inalterada da vida humana.

Há de se destacar sobretudo, com o estabelecimento do modelo capitalista de produção e organização social, o aumento da produtividade, que, ao menos teoricamente, permitiu uma maior produção de alimentos. Contudo, o cenário de fome se mantém.

¹ Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGSS - UFJF). Graduada em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Membro do Grupo de Pesquisa Território, Questão Social e Serviço Social. Email: mariaeduarda.oliveira.seso@gmail.com

Destacando que, diferentemente das sociabilidades anteriores ao capitalismo, em que a fome era resultante de desastres ambientais, guerras e demais condições que geravam a escassez, na sociabilidade atual a fome provém do excedente, que é apropriado conforme os moldes de reprodução ampliada do capital, essencialmente contraditório, excludente e degradante. Essa contradição é ainda mais notória quando analisamos a realidade brasileira. Já que o Brasil se insere na divisão internacional do trabalho como um país agroexportador. Contudo, uma parcela expressiva da população historicamente não tem acesso a alimentos que garantam sua subsistência e nutrição, encontrando-se em situação de extrema vulnerabilidade e insegurança alimentar.

Dessa forma, muitos autores e pesquisadores dedicaram-se ao estudo da fome, buscando compreender suas causas e implicações sociais. Entre eles, destaca-se Josué de Castro, pioneiro no debate sobre o tema, que analisou a fome não apenas como uma carência biológica, mas como um fenômeno socialmente construído. Para ele, a fome é resultado direto da forma como a sociedade está organizada, sendo, portanto, inseparável da questão agrária e das desigualdades na distribuição da terra e da produção de alimentos. Esse estudo também dialoga com a literatura de Rachel de Queiroz, que retrata a violência da fome e pesquisadores contemporâneos como Jean Ziegler, que perpetuam o legado de Castro.

Desenvolvimento

A fome, conforme evidenciado, não foge à lógica de dominação imposta no capitalismo. Nesse sentido, a fim de adensar essa discussão é fundamental destacar a vida e obra de Josué de Castro. Esse, foi pioneiro no debate da fome no Brasil, médico, geógrafo e cientista social, Josué em suas importantes bibliografias, mas sobretudo em “Geografia da Fome”, aponta essa, como um problema social, fruto desse modo de produção e organização das relações sociais.

A fome no Brasil (...) é consequência, antes de tudo, de seu passado histórico, com os seus grupos humanos, sempre em luta e quase nunca em harmonia com os quadros naturais. Luta, em certos casos, provocada e por culpa, portanto, da agressividade do meio, que iniciou abertamente hostilidades, mas, quase sempre, por inabilidade do elemento colonizador, indiferente a tudo que não significasse vantagem direta e imediata para os seus planos de aventura mercantil. Aventura desdobrada, em ciclos sucessivos de economia destrutiva ou, pelo menos, desequilibrante da saúde econômica da nação: o do paubrasil, o da cana-de-açúcar, o da caça ao índio, o da mineração, o da “lavoura nômade”, o do café, o da extração da borracha e, finalmente o de

certo tipo de industrialização artificial, baseada no ficcionismo das barreiras alfandegárias e no regime de inflação. É sempre o mesmo espírito aventureiro se insinuando, impulsionando, mas logo a seguir corrompendo os processos de criação de riqueza no país (...). É a impaciência nacional do lucro turvando a consciência dos empreendedores e elevando-os a matar sempre todas as suas “galinhas de ovos de ouro”. Todas as possibilidades de riqueza que a terra trazia em seu bojo. Em última análise, esta situação de desajustamento econômico e social foi consequência da inaptidão do Estado Político para servir de poder equilibrante entre os interesses privados e o interesse coletivo (Castro, 1992, p. 280-281).

Desse modo, Castro demonstra em “Geografia da Fome” a generalidade dessa, que atinge todas as sociedades do globo, ao passo que também aponta as particularidades das regiões brasileiras, além da ineficiência do Estado ao enfrentamento da fome. Pois, conforme defendido pelo autor, o fenômeno da fome se expressa de maneiras diferentes de acordo com as características físicas e, sobretudo, socioeconômicas dos territórios.

Ademais, Josué de Castro também se baseou em importantes obras literárias que abordam a temática da fome, exaltando sua violência, e denunciando a situação social do Ceará, sobretudo para com os corpos pretos das periferias. Nesse sentido, podemos destacar o romance publicado em 1930 de Rachel de Queiroz, “O quinze”, que retrata a grande seca que aconteceu em 1915. A autora evidencia as angústias de uma professora de Fortaleza, que visita a fazenda de sua família durante as férias. Em toda a obra são destacadas situações de vulnerabilidade da família, em detrimento da seca, com uma aterrorizante descrição da fome.

É fundamental destacar o contexto histórico que perpassa a obra, já que a grande seca de 1915 contribuiu para o avanço da miséria e da fome para o interior do Ceará, e, como refluxo dessas, há migrações em massa para a capital, de famílias buscando condições mínimas de vida. Como resposta do Estado, foram criados campos de concentração para abrigar os migrantes refugiados, onde centenas de pessoas morriam todos os dias, e as que sobreviviam, ficavam presas, sob custódia do exército e serviam como mão-de-obra barata para qualquer obra pública. Evidenciando mais uma vez, a incapacidade do Estado de enfrentar a fome, concentrando a população, apropriando de seu trabalho e afastando-a dos centros urbanos, evidenciando uma medida essencialmente higienista. Vale ressaltar que Fortaleza concentrava também uma elite burguesa, composta por empresários que lucravam com o avanço da exportação de algodão, que não queriam contato com essa massa indesejada, que buscava apenas sobreviver.

A autora expressa essa realidade sobretudo pela narrativa de Chico Bento, vaqueiro que perde seu meio de vida devido à seca e se torna um retirante, assim, migra para Fortaleza a pé com sua família, já que não consegue auxílio do Estado nem para o bilhete do trem. Durante o caminho, destaca a luta da família e de demais retirantes que encontram em sua jornada frente as situações de miséria, e descreve a desumanização desses indivíduos, que se aproximam a condição de animais, reduzidos aos seus instintos, diante da perversidade da fome.

Dia a dia, com forças que iam minguando, a miséria escalavrava mais a cara sórdida, e mais fortemente os feria com a sua garra desapiedada. Só talvez por um milagre iam aguentando tanta fome, tanta sede, tanto sol. O comer era quando Deus fosse servido. Às vezes paravam num povoado, numa vila. Chico Bento, a custo, sujeitando-se às ocupações mais penosas, arranjava um cruzado, uma rapadura, algum litro de farinha. Mas isso de longe em longe. E se não fosse uma raiz de mucunã arrancada aqui e além, ou alguma batatabrava que a seca ensina a comer, teriam ficado todos pelo caminho, nessas estradas de barro ruivo, semeado de pedras, por onde eles trotavam trôpegos, se arrastando e gemendo (Queiroz, 2019, p. 28).

Ao chegarem na cidade, Chico Bento e sua família são levados para Alagadiço, um dos maiores campos de concentração dos arredores de Fortaleza. Lá, deparam-se com uma violenta realidade que não destoava daquelas que haviam saído, vivenciando diariamente com a violência do Estado, fome, miséria e morte.

E sem saber como, acharam-se empolgados pela onda que descia, e se viram levados através da praça de areia, e andaram por um calçamento pedregoso, e foram jogados a um curral de arame onde uma infinidade de gente se mexia, gritando, acendendo fogo. Só aos poucos se repuseram e se foram orientando. [...] Chico Bento olhava a multidão que formigava ao seu redor. Na escuridão da noite que se fechava, só se viam vultos confusos, ou alguma cara vermelha e reluzente junto a um fogo. Tudo aquilo palpitava de vida, e falava, e zunia em gritos agudos de meninos, e estralejava em gargalhadas e em gemidos, e até em cantigas. E estendendo a vista até muito longe, até aos limites do Campo de Concentração, onde os fogos luziam mais espalhados, o vaqueiro sacudiu na boca uma mancheia de farinha que lhe oferecia a mulher, e procurando quebrar entre os dedos um canto de rapadura, murmurou de certo modo consolado: — Posso muito bem morrer aqui; mas pelo menos não morro sozinho... (Queiroz, 2019, p. 36).

Desse modo, as obras de Josué de Castro baseavam-se na literatura e na realidade social brasileira como um todo, ademais, foram fundamentais para a abordagem e aprofundamento da temática da fome, que não tinha evidência até então, e serviram como tomada de consciência favoráveis à população, que vivencia a fome e insegurança alimentar todos os dias, essas resultantes do modelo de produção, e de instituições que mercantilizam a reprodução da vida, sobretudo na região Nordeste, assim como na obra

de Queiroz. E que, infelizmente, mesmo após quase 80 anos de sua publicação original, ainda reflete a realidade do país. Essa fome é chamada por Castro de “fome endêmica”.

Adensando o “Geografia da Fome”, Josué pontua dois tipos de fome: a fome endêmica e a fome epidêmica. Essa primeira é caracterizada como a fome “cotidiana”, não pela sua naturalização, mas por estar fortemente enraizada nos territórios, solidificada nas estruturas sociais, e é majoritariamente invisibilizada. Esse tipo, exige intervenção contínua, por meio de políticas sociais públicas que abranjam toda a população atingida, reconhecendo suas particularidades. O que no Estado burguês, não ocorre de maneira efetiva, apenas paliativa. Josué de Castro aponta que as regiões brasileiras mais acalentadas pela fome endêmica são a Norte e Nordeste, essas regiões, permanecem as mais desiguais do país, com um massivo contingente populacional em insegurança alimentar, além do notório recorte racial. Já a fome epidêmica, de acordo com o autor, é aquela que ocorre em situações específicas, mais agudas e que tem maior comoção, com um curto período de tempo.

Em “Geografia da fome” publicado pela primeira vez em 1946, o autor afirma que é fundamental superar os métodos de produção agrícola, através de reformas nas estruturas rurais vigentes. Desse modo, Josué destaca a Reforma Agrária como uma necessidade para modificar a lógica da produção, distribuição e comercialização dos alimentos.

Ademais, Josué não se limitou apenas a descrever cientificamente a problemática da fome, mas, principalmente, apresentava uma postura humanista e comprometimento político, ocupando a Presidência do conselho executivo da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e enquanto embaixador brasileiro junto à Organização das Nações Unidas (ONU). O autor também articulou a medicina à geografia, analisando problemas sociais e elaborando propostas concretas para a erradicação da fome, buscando a autossustentação e soberania alimentar. Esteve ao lado das lutas pela terra, apoiando as Ligas Camponesas, na década de 1950, defendendo reformas de base, e, sobretudo, afirmando a solidariedade entre os povos, como possibilidade de construção de alternativas à fome.

À frente da presidência da FAO, em 1953, postulou um programa dez pontos para vencer a fome. Acerca desse plano, é essencial destacarmos “Combate ao latifúndio” e “Combate à monocultura”, elementos que sustentam o modelo capitalista de produção de alimentos e a lógica mercantil sob a sobrevivência humana. “Aproveitamento racional de todas as terras cultiváveis circunvizinhas aos centros urbanos”, essa, que se aproxima das proposições das reformas de base de João Goulart. “Intensificação do cultivo de alimentos sob a forma de policultura em pequenas propriedades”, reconhecendo a importância da agricultura familiar. “Progressiva diminuição, até absoluta isenção de impostos, da terra destinada inteiramente ao cultivo de produtos de sustentação”, possibilitando a existência de pequenos agricultores diante das progressivas taxações e expulsões do campo. “Amparo e fomento ao cooperativismo”, incentivando a solidariedade entre os povos; e “Realização de estudos técnicos de bromatologia (estudo dos alimentos) e da nutrologia”, buscando compreender de forma mais ampla o valor real dos recursos alimentares.

Dando continuidade à análise do fenômeno da fome, é fundamental destacarmos também o trabalho de Jean Ziegler, sociólogo suíço que reitera o posicionamento de Josué, afirmando que “Nos tempos atuais, a problemática da fome no mundo é a organização social da ordem capitalista, que nega o acesso à alimentação para um contingente de pessoas” (Ziegler, 2013, p. 13). Ziegler, em entrevista, também demonstra a importância do trabalho de Josué de Castro, pioneiro no debate que Jean Ziegler deu continuidade:

O médico nutrólogo brasileiro deveria ter um monumento em sua homenagem em muitas cidades brasileiras. Ele foi um dos primeiros no mundo a dizer que a fome não é natural, não é uma fatalidade e não estava ligada à falta de produção de alimentos. Castro quando recebia um paciente nas unidades hospitalares que atendia em Recife (PE), com sintomas de depressão e uma série de outras enfermidades, sempre dizia que o problema era decorrente da fome. Mesmo com a seca existente no Nordeste, Josué de Castro sempre defendeu que a falta de comida era fruto da ação política do homem. Falava que o latifúndio era muito mais perverso do que qualquer problema da natureza. Por isso, um dos seus livros mais importantes, *Geografia da Fome*, foi traduzido em mais de cinquenta línguas. Ao fim da segunda guerra mundial esse foi o livro mais famoso da Europa, porque os europeus passaram a se atentar como o nazismo de Adolf Hitler organizava a fome como forma de destruição da população soviética. Nos campos de concentração, a falta de alimentação matou muito mais do que outras medidas assassinas dos nazistas. Josué de Castro faleceu na década de 1970, mas por ser um visionário previu o que estamos vivendo hoje (Ziegler, 2013, p. 13).

Assim, Ziegler destaca que a fome e insegurança alimentar são resultado do desenvolvimento capitalista, que nega direitos básicos como a alimentação saudável de milhões de indivíduos em todo globo em prol da acumulação e ampliação de valor de multinacionais. Também demonstra o controle que essas possuem frente aos Estados nacionais, podendo influenciar diretamente em normativas e regulamentações.

Hoje temos dez transnacionais que potencializam a fome no mundo. Esse grupo econômico controla 85% de todos os alimentos negociados no planeta. Fixam preços, controlam a distribuição e assim decidem todos os dias quem poderá comer, quem vai passar fome e quem vai morrer sem alimentação. Essas transnacionais controlam, sobretudo, os alimentos de subsistência, como milho, arroz e trigo, o que muitas vezes encarece a cesta básica. Ainda vale lembrar que as transnacionais são tão poderosas que intervêm no Estado e passam por cima de qualquer normativa contrária a elas, impondo um mercado totalmente liberalizado e privatizado (Ziegler, 2013, p. 13).

Ademais, Ziegler em seu livro “Destruição em massa – geopolítica da fome” denuncia a devastação causada pela fome, seus mecanismos mortíferos, além de propor alternativas para seu enfrentamento.

Na primeira parte da obra, o autor explicita sua violência, principalmente sob os países do hemisfério sul, além de criticar os métodos estatísticos e de cálculo da FAO/ONU e dos Estados Nacionais, que limitam a expressão da fome apenas aos déficits de alimentação (calorias), desprezando a nutrição em vitaminas e demais micronutrientes, fundamentais para a sobrevivência humana.

Argumentam que os estatísticos de Roma determinam os déficits em termos de calorias, isto é, de macronutrientes (proteínas, glúcídios e lipídios) que fornecem calorias e, portanto, energia. Mas não consideram as deficiências das populações em termos de micronutrientes a carência de vitaminas, minerais e oligoelementos. Ora, a ausência, na alimentação, de iodo, ferro, vitaminas A e C, entre outros elementos indispensáveis à saúde, produz a cada ano cegueira, mutilações e morte para milhões de pessoas (Ziegler, 2012, p. 23).

Assim, o autor evidencia como o Estado burguês mascara a incidência da fome através da subnotificação, limitando as vítimas a números, sem compreender o fenômeno da fome de maneira qualitativa.

Acerca do hemisfério Sul, Ziegler aponta que a fome incide, sobretudo nas comunidades rurais mais pobres, continuamente violentadas pelo processo de expulsão do campo promovido pelo capital, extremamente violento, levando a óbito sujeitos que resistem e lutam pela terra. Nesse sentido, o autor destaca que essas, são propositalmente invisíveis ao Estado, já que esse representa os interesses das elites agrárias em seu

processo de reprodução ampliada. Isso é notório quando pensamos nas crises econômicas cíclicas do capital, Ziegler ressalta principalmente a de 2008, em que os Estados nacionais investiram e financiaram a recuperação de diversos bancos e empresas, enquanto aumentava expressivamente o número de famílias em extrema pobreza, vulnerabilidade social e fome.

Já na segunda parte da obra, Ziegler desmente a teoria Malthusiana que coloca a fome como uma fatalidade “natural”. Nesse momento o autor reitera as ideias de Josué de Castro, demonstrando que a fome não é “natural”, mas sim, provocada pelo homem, e, portanto, precisa de uma intervenção direta. Contudo, também traz dados desoladores sobre a permanência da condição de miséria na região analisada por Castro, mostrando que “o homem caranguejo continua existindo” (referência a obra “Homens e caranguejos” de Josué de Castro). Ziegler aponta que:

Atualmente, mais de 40% dos homens, mulheres e crianças de Recife vivem nas sórdidas favelas que margeiam o Capibaribe. Mais de um milhão de pessoas moram ali, sem fossas assépticas, esgotos, água corrente, eletricidade, e carentes de segurança. Nos casebres de lata, madeira ou papelão, ratos famintos mordem e às vezes matam os bebês. A área metropolitana de Recife figura na lista das zonas mais mortíferas do Brasil, com 61,2 homicídios para 100.000 habitantes. A taxa de crianças e adolescentes vítimas de homicídios é uma das mais elevadas do mundo. As crianças abandonadas se contam aos milhares são, frequentemente, as primeiras vítimas dos esquadrões da morte. [...] Alguns dos pequenos que encontrei não tinham três anos, estando expostos a todos os perigos, a todos os abusos, a todas as violências, a todas as doenças e à fome mais aguda. Todos aqueles que conheci certamente morreram antes de chegar à idade adulta. [...] Mulheres curvadas pela tristeza e seus filhos famélicos, em farrapos, mantêm-se à distância das luzes, escondidos na penumbra. Quando as caminharinhas se afastam, esses miseráveis se lançam sobre os restos: cabeças de peixe, espinhas que ainda guardam algum pedaço de carne... tudo lhes serve. Os espinhos são mastigados. Com o coração partido, observei esse espetáculo algumas vezes. No tempo em que Josué de Castro percorria as favelas, cerca de 200.000 pessoas viviam ao longo do leito pantanoso do Capibaribe. Depois, os migrantes rurais invadiram até mesmo a superfície da água, multiplicando as construções rudimentares sobre estacas. Castro observou a forma surpreendente como essa população se alimentava. O Capibaribe é um longo rio que desce da cadeia montanhosa costeira. Suas águas são turvas e turbulentas no inverno, quando, no interior, são frequentes os temporais e as tempestades de julho-agosto. Mas, durante a maior parte do ano, o rio é uma cloaca imunda na qual a população das favelas defeca e urina um grande pântano, quase imóvel, onde caranguejos se multiplicam. No seu romance *Les Hommes et les crabes* (Homens e caranguejos) (1966) Castro descreve o “ciclo do caranguejo”. Os homens fazem suas necessidades fora dos seus casebres, no rio. Os caranguejos, coprófagos, alimentam-se dessas dejeções, tanto como de outras imundícies depositadas no leito do rio. Depois, os ribeirinhos, com as pernas atoladas na lama até os joelhos, removem o lodo, apanham os caranguejos, comem-nos, digerem-nos e defecam. Os caranguejos se alimentam do que os homens defecam. Os homens apanham os caranguejos e os comem... Esse é o ciclo (Ziegler, 2012, p. 93-94).

Na terceira parte do livro, Ziegler denuncia as principais empresas e grupos econômicos do setor agrícola, que constituem a agroindústria, e que, conforme mencionado anteriormente, são responsáveis pelo controle da produção mundial, determinando o preço e comércio dos alimentos. Esses grupos apontam que a fome é resultado da insuficiência da agricultura mundial, incentivando a industrialização e mecanização do campo, de investimento de capital em tecnologias. Vale ressaltar que esse processo não soluciona a fome, a agrava. Esse discurso neoliberal, que tem o intuito de eliminar a agricultura familiar policultora contribui para a perda da soberania dos Estados nacionais sob a produção de alimentos. Ziegler demonstra que essa lógica já se encontra nas organizações que deveriam regular a produção e o comércio, como o OMC, FMI e Banco Mundial, reforçando e estruturando a incidência da fome e subalimentação.

Em seguida, na próxima parte, o autor explica a ineficácia do Programa de Alimentação Mundial (PAM) e da própria FAO, ambos herança de Josué de Castro. O autor evidencia que o Programa surge como uma ajuda humanitária de urgência, sustentado por doações dos países mais ricos, principalmente dos Estados Unidos, e, portanto, está intrinsecamente dependente dos Estados burgueses, que não tem o interesse de erradicar a fome. Ziegler também evidencia que esse não fora o modelo pensado por Castro, que sempre combateu a “indústria da fome”.

Na parte seguinte, o sociólogo tece críticas aos “abutres do ouro verde”. Esses, seriam produtores de agrocarburentes que defendem a utilização de energia vegetal como alternativa à degradação do meio ambiente. Ziegler demonstra que a produção demanda muita água e energia além de ocupar vastos territórios e utilizar veneno, forçando a migração da população local. Há também a análise na particularidade brasileira, no Proálcool, responsável pela produção de 45% do etanol produzido no mundo, segundo publicação da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos de março/2012. Nesse sentido, Ziegler demonstra que a produção acarretou na concentração de terras por parte das oligarquias e demais transnacionais, comprometendo até mesmo a Floresta Amazônica.

A fronteira agrícola do Brasil está em deslocamento constante: a cana avança para o interior do planalto continental e o rebanho bovino, que aí tinha seus pastos há séculos, migra para o oeste e o norte. Para obter novas pastagens, os latifundiários e as sociedades transcontinentais queimam a floresta dezenas de milhares de hectares por ano. A destruição é definitiva. Os solos da bacia Amazônica e de Mato Grosso, cobertos por florestas primárias, só possuem uma fina camada de húmus. Mesmo que um improvável acesso de lucidez se apoderasse dos dirigentes de Brasília, eles não poderiam recriar a floresta Amazônica, o “pulmão da Terra”. Conforme um cenário admitido pelo Banco Mundial, prosseguindo o ritmo atual da prática das queimadas, 40% da floresta Amazônica terão desaparecido em 2050... (Ziegler, 2012, p. 195).

Esse cenário se agrava quando pensamos que os monopólios contam com o apoio e financiamento de bancos públicos, institucionalizando a especulação da terra e dos alimentos, o que o autor aborda na sexta e última parte da obra. Assim, Ziegler descreve como o aumento do preço de alimentos bases, como arroz, trigo e milho condicionam milhões de pessoas à fome. A especulação dos alimentos, somada ao crescente processo de compra ou arrendamento de terras, sustenta a crise alimentar, controlando hegemonicamente o que é produzido, sua forma de produzir e seu preço. Nesse sentido, o autor destaca que esse processo não gera apenas fome, mas uma progressiva perda de diversidade, violência e morte.

Na maioria dos casos, as famílias são expulsas de suas terras ancestrais; suas hortas e pequenos cultivos são logo destruídos, enquanto a promessa de uma justa compensação permanece letra morta. Pois bem: com a expulsão dos pequenos camponeses, o que se põe em risco é a segurança alimentar de milhares de pessoas. O que desaparece é também um conhecimento prático ancestral, transmitido de geração em geração – o conhecimento da terra, a demora da seleção dos grãos em função dos solos, a insolação e as chuvas, tudo isso é liquidado em poucos dias. Em seu lugar, os trustes agroalimentares implantam monoculturas de espécies híbridas, ou geneticamente modificadas, cultivadas sobre a base de sistemas agroindustriais. Eles cercam as parcelas, de modo que os camponeses ou os nômades nem sequer têm acesso às margens dos rios, à floresta, às pastagens. Especulando quanto aos víveres, especulando quanto à terra, os *traders*, de fato, especulam com a morte (Ziegler, 2013, p. 231).

Portanto, Ziegler, ao longo de toda a obra, analisa o contexto contemporâneo da letalidade do fenômeno da fome e seus determinantes, contudo, o autor defende uma alternativa de enfrentamento a partir de instrumentos democráticos. Nesse sentido, é fundamental destacar que, diante do avanço das necropolíticas de Estado, é impensável cogitar um “capitalismo humanista” ou um Estado de bem-estar social, sobretudo nas economias dependentes. Apesar disso, as contribuições de Ziegler são essenciais para a compreensão do cenário da fome nesse estágio do capital, trazendo categorias e elementos essenciais para sua análise.

Dessa forma, partindo do reconhecimento da fome enquanto problema estrutural, é preciso buscar alternativas e bandeiras de luta para a defesa do direito à uma alimentação saudável, nutritiva, sem os moldes do modelo capitalista. Contudo, esse posicionamento é extremamente desafiador, já que as ofensivas do agronegócio, apoiado pelo Estado burguês, permanecem ditando a forma e o que se produz no país, visando exclusivamente o lucro de poucas organizações/aglomerados, que produzem

monoculturas, e assim, o acesso aos alimentos é regido pela lógica de acumulação capitalista.

O modelo de produção e tecnológico praticado pelo agronegócio no Brasil e em muitos países, ao buscar o controle da oferta dos produtos alimentares e dos sistemas agrícolas, com elevada predisposição para a permissividade na presença do capital estrangeiro através de acordos e fusões agroindustriais entre empresas nacionais e estrangeiras, inclusive para a apropriação de terras, prejudica as iniciativas favoráveis à soberania alimentar nacional. Impõem (*sic*) condições concretas para que o abastecimento alimentar brasileiro fique subordinado ao mercado internacional sob o controle das grandes empresas privadas. Isso já resultou na eliminação dos estoques estratégicos governamentais nacionais a partir das pressões da Organização Mundial do Comércio – OMC em nome do livre comércio mundial e da distorções (*sic*) mercantis que esses estoques poderiam provocar. Isso levou a que no passado os governos com vocação neoliberal tenham inclusive eliminado, e privatizado as redes públicas de armazenagem, no Brasil e em todo mundo. Deixaram assim a oferta de alimentos à mercê dos interesses das grandes empresas (Stédile; Carvalho, 2010, p. 7).

Esse cenário evidencia as contradições dessa sociabilidade, já que poucas empresas e complexos agroindustriais concentram enormes quantidades de terra, com uma produção que não atende as necessidades da nação, ao passo que a maior parte da população em insegurança alimentar vive no meio rural e, portanto, poderia produzir alimentos para sua própria subsistência (Stédile; Carvalho, 2010).

Assim, Stédile e Carvalho destacam como essa lógica de acumulação privada é danosa, pois compromete a soberania dos Estados, a garantia de uma alimentação saudável, diversificada e sem venenos, e até mesmo a preservação do meio-ambiente, massivamente destruído, muitas vezes de forma irreversível e que põe em risco a sobrevivência humana.

Conclusão

Dessa forma, é fundamental ressaltar que o problema alimentar observado é fruto do modelo de produção capitalista, que prioriza a geração de lucro em detrimento de uma produção que assegure uma nutrição adequada para todos. A elevação dos preços dos alimentos, as alterações climáticas e as desigualdades socioespaciais são elementos inerentes e naturalizados nesse sistema, e só podem ser superados juntamente com ele. Portanto, apesar das conferências, relatórios e esforços promovidos por organizações e entidades internacionais, as questões relacionadas à fome e as mudanças climáticas continuam sem soluções claras e eficazes.

Pode-se depreender, que a forma hegemônica de produção de alimentos, contemplada pelo agronegócio é essencialmente contraditória e viola continuamente o ser humano e a natureza. Ademais, utiliza de instrumentos ideológicos e midiáticos para exaltar o “agro” como avanço e tecnologia, ao passo que mascara a violência para com uma massa de famintos. Assim, há a necessidade de buscar formas de reivindicar o direito à terra e uma produção de alimentos que garanta nutrição e dignidade para a classe trabalhadora, através da organização coletiva de formação política. Compreendendo que alimentar-se bem e com dignidade é um direito, portanto, não se deve perder de vista a dimensão política dos alimentos.

Referências

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. **Mapa da Fome da ONU: insegurança alimentar severa cai 85 % no Brasil em 2023**. 24 jul. 2024. Atualizado em 26 jul. 2024.

CASTRO, J. de. **Geografia da fome – o dilema brasileiro: pão ou aço**. 11ª ed. Rio de Janeiro, Gryphus, 1992.

QUEIROZ, R. de. **O quinze**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio Ltda, 2019.

FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO. **The State of Food Security and Nutrition in the World - 2024** – Financing to end hunger, food insecurity and malnutrition in all its forms. Rome, 2024.

STEDILE, J. P.; CARVALHO, H. M. de. **Soberania alimentar: uma necessidade povos**. Setembro de 2010. Disponível <<https://mst.org.br/download/soberania-alimentar-uma-necessidade-dos-povos/>>. Acesso em: 30 ago. 2024.

ZIEGLER, J. **A fome lucrativa**. Entrevistado por Márcio Zonta. Jornal Brasil de Fato, São Paulo, ano 11, n. 534, p. 13, 23 a 29 de maio de 2013.

ZIEGLER, J. **Destruição em massa: geopolítica da fome**. (Trad. José Paulo Netto, Preparação de Tiago José Risi Leme). São Paulo: Cortez Editora, 2012.